

Editorial

PARA ONDE VAI A EDUCAÇÃO?: lutas ante o conservadorismo

Zuleide S. Silveira
Universidade Federal
Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Dinah Vasconcellos Terra
Universidade Federal
Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

O capitalismo contemporâneo, em sua fase neoliberal, vem marcado predominantemente pelos seguintes elementos: a) internacionalização da economia, com base na geopolítica, a partir da integração dos Estados-Nações aos mercados comum, regional e global, bem como dos avocados acordos comerciais que se originam dessa relação; b) ampliação da internacionalização produtiva, iniciada no século XIX e aprofundada após a Segunda Guerra Mundial, com base na crescente capacidade das transnacionais em conectar mercados e transportar capital e tecnologia entre fronteiras nacionais; c) reconfiguração da divisão internacional do trabalho a partir da participação de países do antigo bloco socialista e da incorporação daqueles do Leste Asiático; d) interpenetração das atividades do setor de serviços com as dos setores primários e secundários da economia; e) desmantelamento dos direitos sociais e trabalhistas e, por conseguinte, redefinição das relações de produção e de reprodução da vida ampliada; f) superexploração e expropriação do trabalho, em geral; g) modificação do papel do Estado na sua relação com o trabalho e a educação; h) manutenção da brecha científico-tecnológica-educacional-cultural entre países de capitalismo central e dependentes; i) estratégias, por parte do empresariado, de produção do consenso em torno do empreendedorismo, voluntariado e responsabilidade social (SILVEIRA, 2011, p. 135-136).

No plano educacional, aprofundam-se os processos de comodificação, privatização e mercadorização da educação, em todos os níveis e modalidades

de ensino, seguidos de severos ataques à educação pública e à profissionais da educação de pensamento crítico.

Sendo uma forma de relação social que envolve diferentes sujeitos (homens, mulheres, jovens e crianças), de carne e osso, segundo as classes sociais e respectivas frações de classe, o gênero, a etnia, a raça e a naturalidade, o capitalismo possui uma especificidade tal, no Brasil, que se manifesta de modo dependente, associado, subordinado, exportador, concentrador e excludente (BRUM, 1982; FERNANDES, 1973; IANNI, 1982, 1988; MARINI, 1993, 1997, 2000; SANTOS, 1998, 2018).

Esta relação entre dominação e subordinação capitalista, apresenta seus desdobramentos em todas as dimensões da sociedade. Ela não se desenvolve senão por mediação Estado, particularmente a partir dos anos de 1990, com a ascensão de forças políticas conservadoras e entreguistas, representadas por Collor de Mello. Sob o famoso lema da Tina (*There is no Alternative*), o caráter predatório do capitalismo em sua fase neoliberal trata de promover a reestruturação do mundo do trabalho, a desregulamentação dos direitos trabalhistas, o desmantelamento do Sistema Único de Saúde, a contrarreforma da previdência¹ e a contrarreforma da educação, como forma de o país, de modo competitivo, nos mercado internacional e elevar o crescimento econômico.

¹ Vale lembrar que a contrarreforma da previdência não é uma novidade do governo Bolsonaro. Nos mandatos FHC foi aprovada a Ementa Constitucional nº 20, que mudou as regras para a aposentadoria: o tempo de serviço do trabalhador deixa de ser contabilizado, cedendo lugar para o tempo de contribuição ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS): no mínimo, 35 anos para os homens e 30 para as mulheres, tendo por base o, então, criado fator previdenciário. A seguir, no governo Lula da Silva, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 41, que alterou o cálculo para a aposentadoria dos servidores públicos federais, que deixam de receber o salário integral. A remuneração passou a ser calculada de acordo com a média da contribuição ao Plano de Seguridade Social – uma contribuição que sempre foi diferenciada, superior e separada da contribuição ao INSS. Foi neste período de governo que se criou um teto para aposentadorias dos servidores estaduais e federais. Também foi no governo Lula da Silva que, dos servidores aposentados se passou a descontar, em folha, 11% de contribuição previdenciária. No governo Dilma Rousseff, foi sancionada a fórmula nº 85/95 Progressiva, que leva em conta a expectativa de vida do trabalhador. Apresentada como alternativa ao fator previdenciário, a fórmula representa entre a soma da idade do trabalhador e o tempo de contribuição, cujo total, sendo igual ao número de pontos exigidos, é o salário integral.

Se não há alternativa, somente uma política macroeconômica é reconhecida com a mais acertada e tecnicamente aplicável, em nível internacional. Todo e qualquer governo responsável, independentemente de sua filiação partidária deve adotá-la coerentemente com os ditames, e respectivos pactos estabelecidos entre intelectuais orgânicos da classe dominante, do/com Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC) e os blocos político-econômicos regionais, entre outros organismos supranacionais.

Isto quer dizer que, desde o governo Collor de Mello, a política macroeconômica não foi modificada, mas sim houve continuidade, independentemente do partido político que esteve à frente do bloco no poder; fosse ele PSDB, PT, PMDB, até o atual PSL.

A diferença entre um governo e outro só pode ser encontrada, pois, na execução das políticas microeconômicas. No entanto, o processo é ontológico e, por conseguinte, a adoção de políticas reformista e ou contrarreformista depende do movimento interno, à cada país, segundo as lutas de classe (GRAMSCI, 2002, v. 5, CC. 25, §7; tb. 3, §40; tb 15, §15).

Não sem razão, a privatização e a mercadorização da educação pública, no Brasil, não se concretizaram segundo os interesses dos dominantes. Ela vem sendo costurada a retalhos, devido ao enfrentamento do movimento classista de sindicatos combativos, à exemplo do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) e do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE).

A hegemonia às avessas

O capitalismo brasileiro sofreu significativas mudanças, desde os governos Collor de Mello e Itamar Franco, passando pelos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer, até o atual Jair Bolsonaro. Entretanto, nos limites deste Editorial, não temos a intenção

de analisar todo período histórico dos anos 1990 até os dias que correm, mas tão somente apontar alguns poucos traços de continuidade e de ruptura entre um e outro.

Se nos três primeiros, a privatização clássica das riquezas naturais, dos serviços, indústrias e empresas estatais e o desmantelamento da educação pública, tal como nos dois últimos, ocorre de forma aberta e espúria, nos mandatos de amplas alianças - Lula da Silva e Dilma Rousseff -, o desmonte da educação pública opera sobre contradições do bloco no poder, evidenciando seu compromisso com a austera política macroeconômica ao mesmo tempo em que, no plano da política microeconômica, se empenha em resolver as mazelas sociais, particularmente no campo educacional.

De um lado, o processo de padronização dos instrumentos de avaliação foram implementados e as parcerias público-privadas passaram a se diversificar de tal maneira que: (i) o Movimento Todos pela Educação fez valer seus interesses de classe (empresarial/burguesa) nas três esferas do governo (federal, estadual, municipal), por meio do Plano de Metas Todos pela Educação, com implicações políticas sérias em torno da direção das escolas das redes municipal e estadual de educação, cujos secretários se viram obrigados a elaborar o Plano de Ações Articuladas (PAR) como moeda de troca para receber assistência técnica e financeira do MEC; (ii) não diferente, a Associação Brasileira de Agronegócio conseguiu valer seus interesses no interior de Conselhos de Educação, Secretarias de Educação, escolas das redes de pública e privada de ensinos, promovendo o consenso de parcela significativa de professores e estudantes, por mediação do Programa Educacional Agronegócio na Escola, contando com o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimentos; (iii) por meio do Programa Universidade para Todos (PROUni) e do Financiamento Estudantil (FIES), o aumento da oferta de matrículas na rede privada de ensino superior, nas modalidades presencial e à distância, se aprofunda, beneficiando tanto os empresários do ensino, quanto o capital financeiro, por meio do crédito bancário; (iv) a financeirização da educação, que

não se confunde com financiamento da educação, se manifesta na aplicação de bolsa de valores (BM&FBOVESPA) e comercialização de ações por parte de conglomerados educacionais como, o **Kroton** (Faculdade Anhanguera, Universidade Norte do Paraná e Pitágoras Faculdade); o **Cruzeiro do Sul Educacional** (Universidade Cruzeiro do Sul, Centro Universitário do Distrito Federal, Universidade Cidade de São Paulo, Faculdade Caraguá, Centro Universitário da Serra Gaúcha e Colégio Alto Padrão); o **Ser Educacional** (Universidade da Amazônia, Universidade de Guarulhos, Centro Universitário Maurício de Nassau, Centro Universitário *Universus Veritas* Faculdade Joaquim Nabuco, Faculdade Integrada do Tapajós.); o **Anima** (Faculdade São Judas Tadeu, Centro universitário UNA, Centro Universitário Sociedade Educacional de Santa Catarina, Centro Universitário AGES, UniBH, HSM plataforma de Educação Corporativa, por meio da qual opera a HSM *University*); o **Laureate Education Inc.** (Business School São Paulo (BSP), CEDEPE Business School (CBS), Centro Universitário FADERGS (FADERGS), Centro Universitário FMU | FIAM-FAAM (FMU | FIAM-FAAM), Faculdade Internacional da Paraíba (FPB), Centro Universitário IBMR (IBMR), Universidade Anhembi Morumbi (UAM), Universidade Salvador (UNIFACS), Centro Universitário dos Guararapes (UniFG), Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), Universidade Potiguar (UnP, somente no Brasil); o **Adtalem Global Education** (Damásio Educacional, IBMEC, Wyden Educacional), além da **Estácio S.A, Universidade nove de Julho** e **Universidade Paulista UNIP**²; (v) solidifica-se o arcabouço legislativo em torno da subsunção da política educacional e da política de ciência e tecnologia (C&T) ao capital, por meio do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, Lei nº 13.243/2016 — regulamentada pelo Decreto nº 9283/2018 —, que veio aprofundar o processo de privatização da universidade e do patrimônio científico-tecnológico da coletividade já iniciado pela Lei de Inovação, Lei nº

² Fonte: <https://viacarreira.com/grupos-brasileiros-de-educacao-superior/> e <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2019/05/ataques-as-universidades-federais-favorecem-grupos-privados/>

10.973/2004; (vi) as decisões em torno das políticas de C&T e de educação, tomadas à revelia do debate público por ministros de C&T e de educação são mantidas em mantidas, desde 1992, em nível supranacional, no âmbito do MERCOSUL; (vii) no plano sociocultural abre-se espaço para o empresariado, tornado corresponsável pelo desenvolvimento social, transformar os saberes tradicionais e a cultura popular em fontes de lucro, com vistas ao “desenvolvimento local” e à formação do “capital humano”.

De outro, ocorre: (i) a redistribuição de renda por meio do Bolsa Família e a continuidade do Programa de Geração de Renda e Emprego, entre outros programas sociais de caráter focalizado; (ii) a interiorização de universidades públicas e instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, por meio da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUni) e do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, respectivamente; (iii) a proliferação de cursos de qualificação; (iv) o aumento do emprego formal, ainda que, em sua maioria, voltado para o trabalho simples e precarizado (SILVEIRA, 2006); (v) a ampliação do crédito; (vi) a abertura de concurso público.

Com estas medidas, apesar do forte aparato policial e militar — sem o que o Estado democrático de direito burguês não se reproduz —, os onze primeiros anos de governo sob a batuta do PT foram marcados por significativos índices de aprovação. Graças ao regime de colaboração de classes, atendeu os diferentes interesses das frações da burguesia brasileira, sobretudo a do setor financeiro, ao mesmo tempo em que obtinha o consenso passivo de expressiva parcela das classes subalternas, sobretudo daquelas mais pobres, bem como o consentimento ativo das lideranças dos movimentos sociais.

É neste contexto que se constrói a “hegemonia às avessas” (OLIVEIRA, 2010). Tendo o programa Bolsa Família como pilar, a hegemonia às avessas, afirma o sociólogo e economista, é um fenômeno novo, pois que, não é nada parecido com qualquer prática de dominação exercida ao longo da história da

sociedade brasileira. Não é patrimonialismo; não é patriarcalismo e tampouco populismo.

O mestre da dialética³ aponta criticamente para pesquisadores do campo marxista-gramsciano que empunham bandeiras na defesa do Bolsa Família, como se ele fosse um grande programa de inclusão das classes dominadas⁴. De fato, igualdade socioeconômica não é o mesmo que igualdade de oportunidades; incluir no mercado não significa reduzir o fosso entre ricos e pobres, e tampouco exprime a incorporação de parcelas mais pobres da sociedade ao “grau mais estritamente político da consciência política coletiva” (GRAMSCI, 2007, CC. 13, § 17).

Funcional ao processo de internalização da economia, a dominação por meio da hegemonia às avessas inverte os termos gramscianos, de tal modo que, parece que os dominados dominam, pois fornecem a ‘direção moral’ e, fisicamente até, estão à testa das organizações do Estado, de modo direto ou indireto, e das grandes empresas estatais. Parece que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro e financiam pesadamente a dívida interna pública. Parece que eles comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Parece que a economia está finalmente estabilizada, que se dispõe de uma sólida moeda e que tal façanha se deveu à política governamental, principalmente no primeiro mandato de Lula [da Silva] (OLIVEIRA, 2010, p. 26).

Como a aparência fenomênica esconde a sua essência e com ela não coincide, o mestre da dialética segue, apoiado em Karl Marx, Friedrich Engels e Antonio Gramsci:

O consentimento sempre foi o produto de um conflito de classes em que os dominantes, ao elaborarem sua ideologia, que se converte em ideologia dominante, trabalham a construção das classes dominadas das classes dominadas à sua imagem e semelhança. Esse é o núcleo duro da elaboração de Marx e Engels em *A ideologia alemã (...)* **os dominados realizam a ‘revolução moral’** – derrota do *apartheid* na África do Sul e [re]eleição de Lula e Bolsa Família no Brasil [em 2006] – **que se transforma e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada** (OLIVEIRA, 2010, p. 27. Negritos nossos).

³ Apropriamo-nos, aqui, de Schwarz (1992 *apud* SCHWARZ, 2003).

⁴ Vale lembrar que, o Bolsa Família, sendo política focalizada, é recomendado pelo Banco Mundial e por ele financiado.

É inegável que houve alterações na pirâmide social brasileira, mas como classe, os trabalhadores mantiveram-se desorganizados e sem direção política, abrindo espaço, no seio da sociedade civil e sociedade política, para forças políticas ultraconservadoras que já se articulavam desde sempre, mas ganham fôlego a partir do ano de 2015/2016, baseadas no **ódio de classe**.

A crise de hegemonia

Se, para o governo Lula da Silva, a crise de 2008 foi uma “marolinha”, o período Dilma Rousseff, particularmente o segundo mandato, se viu imerso na tormenta. Dando continuidade à aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), sancionada por FHC, em 2000, o início e final do primeiro governo Dilma Rousseff vêm marcados, respectivamente, pelo ataque à autonomia universitária por meio da privatização dos hospitais universitários, que passam a ser geridos pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), e pelo fato de desconsiderar, por completo, as pautas do movimento popular, de junho de 2013, que reivindicavam mais serviços públicos (educação e saúde) de qualidade, transportes coletivos com “passe livre”, todos, preferencialmente, com “padrão FIFA”, mais participação no processo político e mais ações em torno da necessária redução das desigualdades sociais.

Os protestos expressavam o esgotamento do petismo. Em resposta, a violência política, com o emprego da Força Nacional e aprovação da Lei antiterrorista, aliada a uma estratégia de acumulação que articula **expropriação, superpopulação relativa e exploração** (FONTES, 2010; 2018). Neste quadro, as disputas eleitorais de dois partidos (PSDB e PT) já manifestava uma “crise política sobredeterminada”, pois que, tratava-se de representar politicamente o mesmo bloco burguês, capitaneado pelo capital financeiro e suas alianças com as frações da indústria e do agronegócio. Disputam quem seguirá pagando os juros da dívida pública, concentrando renda, freando a reforma agrária,

esfacelando os serviços públicos essenciais e retirando os direitos sociais subjetivos para garantir a taxa de lucro do capital (DEMIER, 2016, p.54).

O resultado das eleições, positivo para o PT-PMDB não agrada a direita liberal-(ultra)conservadora. Daí para o Golpe parlamentar de 2016 que levou à deposição da primeira mulher eleita, democraticamente, presidente do Brasil, sem que nada fosse comprovado contra ela, foram dados passos largos.

Lembrando a questão da especificidade do capitalismo brasileiro (dependente, associado, subalterno, exportador, concentrador e excludente), vale ressaltar que os movimentos conservadores e os partidos políticos de extrema-direita se manifestam segundo os limites desta especificidade na luta que trava, em meio a modernidade, para conservar o tradicional e o arcaico. Neste sentido, sob o tripé pátria/nacionalismo, religião/fundamentalismo e família nuclear, o Golpe contou com apoio das Frentes Parlamentares, que emprestam caráter conservador ao Congresso Nacional.

Para se ter uma ideia da força deste mecanismo, torna-se necessário analisar a 55ª Legislatura da Câmara Federal (2015-2018) que conta com as seguintes bancadas: (i) Frente Parlamentar Evangélica que, tendo como partido majoritário o PRB, seguido do DEM, PMDB e PSD, é composta por 203 signatários oriundos da Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus e Igreja Batista; seu presidente é João Campos (PRB-GO) (ii) Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana conta com 215 membros, tendo o deputado Givaldo Carimbão (PROS-AL) como presidente. (iii) Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família possui 236 signatários e seu presidente é Alan Rick, pastor evangélico, filiado ao PRB. (iv) Frente Parlamentar para a Liberdade Religiosa do Congresso possui 208 membros, tendo como presidente Celso Russomanno (PRB-SP), jornalista e católico (SILVEIRA, 2019, p.27).

Destaca-se o voto de Jair Bolsonaro, então Deputado Federal, que desde o ano de 2013, apoiado por deputados religiosos (distribuídos em Frentes Parlamentares) empenhou-se na “Cruzada” na direção do governo Dilma Rousseff, particularmente do Ministério de Educação. Jair Bolsonaro, hoje Presidente da República, dedicou o seu voto no processo de “*impeachment* constitucional” a Carlos Alberto Brilhante Ustra, coronel do Exército Brasileiro, torturador, ex-chefe do DOI-CODI. O referido coronel foi um dos torturadores do

Dilma Rousseff, que no início dos anos 1970 era militante de um grupo de resistência armada.

O que muda e o que permanece?

À frente da Presidência da República, Michel Temer leva à cabo a contrarreforma da educação básica, particularmente do ensino médio, por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tendo como protagonistas centrais o Movimento Todos Pela Base⁵ e o Movimento Escola sem Partido (MESP)⁶, e alarga o espaço para manifestações de grupos ultraconservadores (pequena burguesia e classe média) como resposta às ocupações de estudantes, com apoio de professores, das escolas e universidades públicas e a outros movimentos populares que eclodiram no primeiro semestre de 2017.

O MESP se fundamenta na denúncia de doutrinação moral e ideológica de esquerdas praticadas pelos professores nas escolas públicas brasileiras. E por isso os professores devem ser controlados nas suas atividades profissionais, principalmente, à sua liberdade de cátedra, princípio fundamental do magistério. O MESP não se limita a especificidade acima, seu propósito tem articulação profunda em atacar o direito a educação pública como alerta Ximenes (2016).

Para o autor:

o movimento Escola Sem Partido (ESP) é a mais ruidosa articulação social que se constituiu contra o reconhecimento, no Brasil, da diversidade enquanto componente necessário do direito à educação escolar. Seu objetivo é promover mudanças na estrutura jurídica de proteção ao direito à educação, de forma a limitar aprioristicamente a liberdade de ensinar, além de vedar o desenvolvimento de políticas públicas educacionais nos campos de gênero, sexualidade e formação cidadã (XIMENES, 2016, p. 50).

A campanha presidencial de Jair Bolsonaro teve como mote os cânones do Projeto de Lei Escola sem Partido que tem como finalidade sufocar as, já mencionadas, supostas “doutrinação de esquerda” e “sexualização precoce”, que estariam rondando as escolas e universidades pública, sob a “ideologia” de

⁵ Sobre sua composição, ver <http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>

⁶ Para mais detalhes ver BATISTA *et al*, 2019.

Paulo Freire e de Antonio Gramsci. Ao mesmo tempo, “vociferava-se contra o comunismo sob o entendimento equivocado de que Partido dos Trabalhadores (PT), à frente do bloco no poder (2003-2016), estabelece políticas e ações comunistas, que ora seria centralizador, autoritário e marxizante, ora seria anarquizador e amoral” (SILVEIRA, 2019, p. 22).

Por detrás deste movimento, pré e pós-eleição, podemos admitir, com Santos (2018), a chegada ao poder de um movimento fascista, de caráter dependente, associado, subordinado, exportador, concentrador e excludente que não consegue instaurar um Estado fascista, apesar de contar com o apoio do grande capital.

O governo Bolsonaro, em curso, serve ao grande capital devido aos valores que expressa, ao pânico moral que engendra na sociedade, ao anticomunismo e à ânsia pelo autoritarismo, apresentando a capacidade de

unificar, pela violência, uma classe dispersa e anárquica em suas relações econômicas e sociais. Permite justificar a repressão ao comunismo e à revolução, repressão ainda mais aceitável para um pequeno-burguês que odeia o proletariado por ser menos culto, mas bruto e mal vestido (...) o pequeno burguês odeia o proletariado por representar o símbolo da sua futura proletarização (...) O fascismo ensina a arte de mobilizar ativamente esses setores [pequeno-burgueses] e se torna necessário [ao capital] quando a classe trabalhadora ameaça a ordem capitalista mas não dá o passo decisivo ao socialismo; quando se desgasta, divide-se e confunde-se politicamente, ficando assim exposta à repressão (SANTOS, 2018, p. 87-88).

Neste contexto, aprofunda-se o generocídio, o extermínio da juventude pobre e negra, a judicialização da política, o adoecimento, quando não o suicídio, de crianças, jovens e adultos pela culpabilização de seu suposto fracasso, o número de crimes ambientais dentre outros aspectos que põe em risco a existência humana.

No plano educacional, a estratégia de asfixia financeira, na educação básica e educação superior, evidencia o caráter privatista do atual governo.

Por isso, fomenta as políticas de vouchers e a educação domiciliar, incentiva a agressão à gestão democrática e à autonomia das escolas, através da militarização escolar; sustenta a inoperância inescrupulosa do Ministério da Educação, que afeta a qualidade do atendimento público nas escolas, institutos

federais e universidades; defende a revogação de inúmeros conselhos de acompanhamento social, impondo retrocessos à gestão democrática estatal (ANDES-SN, 2019).

Este é o contexto no qual, em nível internacional, a formação de pessoal qualificado, para os três setores da economia, e a produção de ciência e tecnologia tornam-se elementos de soberania nacional. Entretanto, no Brasil, o entendimento de soberania nacional vem eivado de contradições entre o discurso e as ações governamentais. Trata-se de um governo que, muito mais sobreleva os atrativos para o investimento externo direto (IED), revelando seu caráter entreguista, do que reúne elementos para a construção de um projeto societário autônomo.

Ao que tudo indica, está ocorrendo uma radicalização política. Eis a questão: **para onde vai a educação?** Seu rumo dependerá da organização de forças político-sociais, em níveis nacional e latino-americano, capazes de enfrentar o fascismo contemporâneo.

Referências

ANDES-SN. **Carta aberta à Sociedade sobre os Ataques à Educação no Brasil!** [online]. Atual. Em 10 mai. 2019. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/carta-aberta-a-sociedade-sobre-os-ataques-a-educacao-no-brasil1>

BATISTA, Eraldo Leme *et al.* **Escola sem partido ou a escola da mordada e do partido único a serviço do capital** [e-Book]. Minas Gerais, Uberlândia: Navegando publicações, 2019. DOI: 10.29388/978-85-53111-27-5-0-f.17-48. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-escola-sem-partido>.

BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico**. Petrópolis: Vozes, 1982.

DEMIER, Felipe. A revolta a favor da ordem: a ofensiva da oposição de direita. *In*: DEMIER, Felipe; HAEVELER, Rejane. **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. pp.51-56.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. *In*: BOSCHETTI, Ivanete (Org). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo, Cortez Editora, 2018, pp. 17-61.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capita-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. v.3. Maquiavel; Notas sobre o Estado e a política**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, v.5. Il Risorgimento – notas sobre a história da Itália**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IANNI, Otávio. **Dialética e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1982.

IANNI, Otávio. **Imperialismo na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLASO, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. **Dos momentos en la integración latinoamericana**. Arquivo Rui Mauro Marini: Canadá, 1993. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/021_integracion_es.htm.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *In*: **Cuadernos Políticos** n. 12, Ediciones Era, México, abr./jun., 1977. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx>.

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. *In*: OLIVEIRA, Francisco *et al*. **Hegemonia às avessas: economia, política, e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 21-27.

SANTOS, Theotonio dos. La teoría de la dependencia: Um balance histórico y teórico. *In*: SEGKEKA, Francisco Lopes (ed.). **Los rell de la globalizacion. Ensayos em homenaje a Theotonio dos Santos**. Tomo I. Caracas: UNESCO, 1998.

SANTOS, Theothônio dos. **Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano**. Florianópolis, SC: insular 2018.

XIMENES, Salomão. O que o direito à educação tem a dizer sobre “escola sem partido”? *In*: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA PESQUISA E INFORMAÇÃO

(Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016, pp. 49-58.

SCHWARZ, Roberto. Valor Intelectual. Prefácio com perguntas. *In*: OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista – O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003, pp. 11-23.

SILVEIRA, Zuleide S. Onda Conservadora: o emergente Movimento Escola Sem Partido. *In*: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Orgs.). **Escola sem partido ou a escola da mordada e do partido único a serviço do capital** [e-Book]. Minas Gerais, Uberlândia: Navegando publicações, 2019. DOI: 10.29388/978-85-53111-27-5-0-f.17-48. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-escola-sem-partido>

SILVEIRA, Zuleide Simas da. “O emprego não acabou”: retórica? *In*: RODRIGUES, José (Org.). Sobre o discurso do (des)emprego no governo Lula: Cinco Estudos sobre a Relação entre Educação e Emprego no Discurso do Ministro do Trabalho. **Revista Trabalho Necessário**. Niterói, ano 4, n. 4, 2006, pp. 17-27.